

AGRICOLÂNDIA - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 6 - Junho

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEB/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAY/2018	JUN/2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	38.215,49	31.475,01	37.535,23	37.459,65	37.459,65	40.601,75	37.582,75	37.602,30	37.602,30	37.602,30	36.715,08	37.952,10	447.803,61	0,00
Pessoal Ativo	38.215,49	31.475,01	37.535,23	37.459,65	37.459,65	40.601,75	37.582,75	37.602,30	37.602,30	37.602,30	36.715,08	37.952,10	447.803,61	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	30.434,94	30.564,86	29.679,10	29.679,10	29.679,10	31.693,65	29.752,20	29.752,20	29.752,20	29.752,20	29.752,20	30.102,00	360.613,75	0,00
Obrigações Passivas	7.780,55	890,15	7.856,13	7.780,55	7.780,55	8.908,10	7.830,55	7.850,10	7.850,10	7.850,10	6.962,88	7.850,10	87.189,86	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do § 1º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	38.215,49	31.475,01	37.535,23	37.459,65	37.459,65	40.601,75	37.582,75	37.602,30	37.602,30	37.602,30	36.715,08	37.952,10	447.803,61	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		12.294.403,55	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V)§ 13 art. 166 da CF		0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		12.294.403,55	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III+IIIb)		447.803,61	3,64
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		737.664,21	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,55 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		700.781,00	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		663.897,79	5,40

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64
- 2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

FONTE: SCPN - Contabilidade (8.21.25.244), CAMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA - PI

Portaria Nº 495 de 2017

AGRICOLÂNDIA - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Análise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 6 - Junho

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEB/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAY/2018	JUN/2018		


JOCKONE DA SILVA NUNES **AFRANIO GOMES DE SENA** **ANA CLAUDIA NUNES DE SOUSA**
 348.160.703-20 704.152.503-15 048.726.003-12
 Presidente Tesoureiro Controlador

FONTE: SCPN - Contabilidade (8.21.25.244), CAMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA - PI

Portaria Nº 495 de 2017

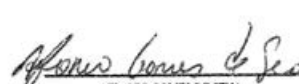
CAMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA - PI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

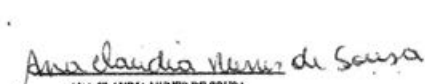
1 of 1

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "c")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA OU CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Atos de inscrição em Restos a Pagar Não Processados) (d)-(e)-(f)-h)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)		
RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	4.316,78	0,00	-4.316,78	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	4.316,78	0,00	-4.316,78	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	4.316,78	0,00	-4.316,78	0,00	0,00


JOICIONE DA SILVA NUNES
348.160.703-20
Presidente


AFRANIO GOMES DE SENA
704.152.503-15
Tesoureiro


ANA CLAUDIA NUNES DE SOUSA
048.726.003-12
Controlador

CAMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA - PI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: ATÉ O 1º SEMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 - Anexo 6 R\$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	12.294.403,55	
Receita Corrente líquida Ajustada	12.294.403,55	
DESPESA COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	447.803,61	3,64
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	737.664,21	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	700.781,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

Jocione da Silva Nunes
JOCIONE DA SILVA NUNES
 348.160.703-20
 Presidente

Afranjo Gomes de Sena
AFRANJO GOMES DE SENA
 704.152.503-15
 Tesoureiro

Ana Claudia Nunes de Sousa
ANA CLAUDIA NUNES DE SOUSA
 048.726.003-12
 Controlador

CAMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA - PI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

MUNICIPIO: AGRICOLÂNDIA

RGF - Anexo II (LRF, Art. 55, Inciso I, alínea "b")

Este Relatório deverá ser elaborado pelo Poder Executivo conforme disposto no :
RGF - Anexo II (LRF, Art. 55, Inciso I, alínea "b")

CAMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA - PI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

MUNICIPIO: AGRICOLÂNDIA

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

Este Relatório deverá ser elaborado pelo Poder Executivo conforme disposto no :
RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

CAMARA MUNICIPAL DE AGRICOLÂNDIA - PI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

MUNICIPIO: AGRICOLÂNDIA

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

Este Relatório deverá ser elaborado pelo Poder Executivo conforme disposto no :
RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")
